



Boletim 238 WRM

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Junho / Julho 2018

Fogo bom, fogo mau, quem decide? Uma reflexão sobre o fogo e as florestas



Nossa Opinião: O fogo, as florestas e os povos: conhecimento e práticas ameaçados.....	2
Desafiando o fogo capitalista.....	5
Indonésia: florestas em chamas e povos castigados. A tragédia dos indígenas Delang em Kalimantan Central.....	10
Chile: megaincêndios florestais, crimes empresariais e impunidade.....	16
Amazônia: território sob fogo cruzado.....	21
Quito, cidade no meio de um cinturão de fogo.....	25
Portugal: há 28 anos um povo lutou contra os eucaliptos. A terra nunca mais ardeu.....	28
Outras lutas: Peru: querem entregar a floresta do povo indígena Shawi a uma mineradora canadense.....	31
ALERTAS DE AÇÃO	
Bolloré perde ação na justiça da França	35
Tanzânia: chamado ao apoio internacional para impedir a intimidação contra os moradores de aldeias maasais quando eles processam o governo.....	35
RECOMENDADOS	
Declaração de Sena Madureira, Brasil: “Levamos adiante o espírito de união entre os povos e de enfrentamento às “soluções” dadas pelo capitalismo”.....	35
Incêndios florestais em Portugal: quando o poder empresarial mata.....	36
Camboja: plano de usina hidrelétrica poderia matar o rio Mekong.....	36

Este boletim conta com artigos escritos por as seguintes organizações: The Corner House, UK, The Institute for Ecosoc Rights, Indonésia, MapuExpress Chile, Acción Ecológica, Equador, Líder indígena da Amazônia peruana e por membros da secretaria do WRM.

Fogo bom, fogo mau, quem decide? Uma reflexão sobre o fogo e as florestas

Nossa Opinião

O fogo, as florestas e os povos: conhecimento e práticas ameaçados



Quando pensamos na palavra “fogo”, geralmente nos vem à mente algo destrutivo, perigoso e até contaminante. Contudo, embora alguns incêndios possam ser altamente destrutivos, **o fogo também pode ser um grande aliado dos povos da floresta**. Na verdade, ele é e tem sido um elemento vivo e presente nas diversas florestas do mundo desde tempos imemoriais, seja iniciado pela “natureza” (através de raios, plantas de combustão espontânea ou secas intensas) ou pelos seres humanos. Povos indígenas e camponeses usam o fogo controlado em muitas partes do mundo para vários propósitos, ajudando historicamente a enriquecer a diversidade de habitats e ambientes de vida. **A agricultura itinerante ou migratória, que estabelece ciclos, espaços e tempos adequados para o manejo do fogo, é uma prática crucial para garantir a soberania alimentar.**

Ironicamente, esse conhecimento e essas práticas ancestrais de uso, manejo e cuidado do fogo, em relação às florestas, são as que estão sendo **identificadas como as causadoras do desmatamento e dos incêndios florestais pelas políticas predominantes com relação à mudança climática.**

Culpar a agricultura itinerante ou migratória pelo desmatamento não é novidade. Durante décadas, os governos de países com florestas tropicais – seguindo os “conselhos” e as doações/empréstimos de organismos multilaterais, como o Banco Mundial e outros – têm chamado a agricultura itinerante de prática “ineficiente”, “primitiva” e “destruidora de florestas”. Esses governos **promoveram ou forçaram a transformação de terras de cultivo itinerante em atividades mais intensivas** (como a agroindústria, a extração de madeira ou a plantação de monoculturas industriais de árvores).

Os povos que usam a agricultura itinerante têm sido perseguidos, desalojados e criminalizados. Por outro lado, não são proibidas as megaindústrias que foram impostas sobre florestas e povos, queimando milhares e até milhões de hectares com o objetivo de “limpar” e abrir campo para suas atividades, as quais, em sua maior parte, intensificam e facilitam os incêndios florestais. Pelo contrário, como revela um artigo neste boletim, **o regime de fogo do capitalismo oculta a combustão que acontece em milhares de fábricas, pontos de extração e motores existentes**, o que não apenas o isenta de ser criminoso, mas também faz dele um suposto modelo a ser seguido.

Além disso, um artigo neste boletim conta a **história do povo indígena Delang, em Kalimantan Central, na Indonésia.** A região é cheia de plantações de dendezeiros que impuseram uma violenta proibição à agricultura itinerante ao culpá-la por incêndios que castigam todo o país, não deixando alternativas de subsistência aos moradores. Embora os grandes incêndios tenham aumentado na Indonésia na última década, o artigo destaca como **80% das florestas de Kalimantan Central foram convertidos em plantações de dendê, e a maioria dos focos de incêndios florestais acontece nessas concessões.** Enquanto o papel evidente das empresas de dendê no desmatamento e nos incêndios permanece impune, o povo Delang sofre violentas consequências.

Mas então, se os governos já vêm proibindo a agricultura itinerante há algum tempo, o que há de novo? As mudanças climáticas, o desmatamento em grande escala e suas consequências continuam aumentando. Os atores por trás das políticas para a mudança climática estão escondendo as causas do problema, mais uma vez. Aproveitando a ampla divulgação na mídia sobre os incêndios florestais, as “queimadas indígenas” ou o uso da agricultura itinerante estão sendo proibidos com mais vigor.

Quase todos os programas e projetos de REDD, por exemplo, identificam a agricultura itinerante como uma ameaça às florestas, e a limitam em muito ou simplesmente a proibem. Para exercer essa “limitação”, é comum contarem com o apoio de guardas armados. No entanto, as verdadeiras causas do desmatamento em grande escala, como a exploração industrial de madeira, os megaprojetos de infraestrutura, a mineração, as grandes barragens, as grandes plantações industriais de árvores, dendê e soja, as fazendas de criação industrial de animais, seguem adiante sem restrições.

Com a pergunta **“Quem está realmente queimando a Amazônia?”**, um artigo nos leva às verdadeiras causas que ameaçam as florestas com incêndios.

Outro artigo explica em detalhes **a experiência do Chile**, onde **as empresas de plantações industriais de árvores**, com implacáveis incêndios florestais, afetaram os territórios indígenas mapuches e camponeses. O autor nos lembra do **forte poder que essas empresas concentram**, não só para destruir em benefício próprio sem sofrer represálias por isso, mas também para entrar em conluio com agências governamentais e, assim, impedir investigações ou orquestrar campanhas de mídia para criminalizar o povo Mapuche.

Além disso, **o caso de Quito, no Equador**, é emblemático, por diferentes motivos. Um “cinturão verde” em volta da capital é, na verdade, uma plantação de eucaliptos. **Por não haver diversidade de árvores nativas, sendo uma monocultura de árvores exóticas altamente inflamáveis, esse cinturão acelera e facilita a intensificação dos incêndios** que ameaçam a cidade a cada época de seca.

Outro artigo recapitula **uma luta de resistência do final dos anos 80, que ocorreu em um povoado no Vale do Lila, em Portugal**. Lá, a população destruiu as plantações de eucaliptos existentes em suas e impediu o plantio de novas monoculturas de eucalipto. A vila mantém sua posição até hoje. Apesar dos incêndios vorazes que assolam as florestas e os campos daquele país todos os anos, o povoado nunca se incendiou.

E, finalmente, incluímos neste boletim uma **luta do povo indígena Shawi**, da Amazônia peruana. Desta vez, a ameaça aos seus ambientes de vida chega com a **principal mineradora de ouro do mundo: a Barrick Gold Corporation**.

Terminamos este editorial com uma poesia africana anônima incluída no livro “Memória do Fogo, Volume I”, do uruguaio Eduardo Galeano, que nos lembra **como o fogo é bonito e poderoso, e no que isso implica para as comunidades**. Aproveitem!

Canto do fogo, do povo banto

*Fogo que contemplam os homens na
noite,
na noite profunda.
Fogo que ardes sem queimar, que brilhas
sem arder.
Fogo que voas sem corpo.
Fogo sem coração, que não reconheces
morada nem tens cabana.
Fogo transparente de palmeiras:
um homem te invoca sem medo.
Fogo dos feiticeiros, teu pai, onde está?
Tua mãe, onde está?
Quem te alimentou?
És teu pai; és tua mãe.
Passas e não deixas rastro.*

*A lenha seca não te engendra,
não tens como filhas as cinzas.
Morres e não morres.
A alma errante se transforma em ti, e
ninguém
sabe disso.
Fogo dos feiticeiros, Espírito
das águas inferiores e dos ares
superiores.
Fogo que brilhas, vagalume que iluminas
o pântano.
Pássaro sem asas, coisa sem corpo,
Espírito
da Força do Fogo. Escute a minha voz:
um homem te invoca sem medo.*

*Eduardo Galeano
Memória do Fogo
(Volume I. Os Nascimentos,
tradução: Eric Nepomuceno)*

Desafiando o fogo capitalista



Fogo vernacular (Australia Ocidental)

Aprender e desaprender sempre foi fundamental para apoiar as lutas em defesa das florestas.

Aprender como as pessoas que dependem da floresta protegem seus territórios e meios de subsistência.

Desaprender doutrinas destrutivas defendidas por muitos economistas, estudiosos da florestas, representantes do Estado e até ambientalistas bem-intencionados.

Às vezes, o que tem de ser desaprendido são usos das palavras mais simples.

Em Bali, na Indonésia, por exemplo, uma das primeiras coisas que as pessoas de fora aprendem é que o que pode parecer uma palavra “neutra” – *água* – é repleta de sentidos controversos. Movimentos locais têm que lutar constantemente contra a ideia de que a água é um recurso global, separado por si só, que pode ter dono e cuja essência subjacente é expressa pelo símbolo H₂O. Em grande parte de Bali, a água é algo diferente: cheia de energia própria e inseparável das florestas, da terra, dos peixes, de Vishnu (uma divindade hindu), da dança e do sempre dinâmico sistema de irrigação *subak*. (1)

As definições predominantes de muitas outras palavras “simples” também precisam ser desaprendidas – ou, pelo menos, situadas em uma nova perspectiva. Caso contrário, correm o risco de se tornar pouco mais que um resíduo de derrotas políticas.

Por exemplo, a palavra *terra* conota atualmente blocos geométricos de espaço que podem ser monopolizados por proprietários privados distantes. Mas isso só se tornou possível por causa de centenas de anos de agressão política envolvendo legislação sobre a propriedade, as tecnologias de cercamento, o sistema bancário e a ascensão de Estados poderosos.

Da mesma forma, hoje em dia, palavras como *trabalho* e *emprego* se referem principalmente ao trabalho assalariado apenas porque as atividades de subsistência não

remuneradas foram sistematicamente desvalorizadas e degradadas, enquanto o trabalho assalariado se tornou predominante em todo o mundo, graças ao petróleo, ao patriarcado e às plantações.

Essas batalhas continuam. Hoje, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), obedecendo às corporações e aos Estados, ainda luta para incluir as monoculturas industriais de árvores na definição de *floresta*.

Mas essas lutas nunca acabarão. As derrotas nunca podem ser mais que parciais. Os esforços dos movimentos florestais para recuperar palavras básicas como espaços para suas próprias formas de pensar e viver refletem não a nostalgia, mas o oposto: a compreensão de que os conceitos forjados no conflito podem ser – e estão sendo – reforçados.

O fogo do capital

Um desses conceitos é o do *fogo*. Hoje, uma concepção capitalista de fogo domina o mundo, mas as concepções vernaculares, típicas das culturas, continuam a evoluir e a lutar contra ela. As mudanças climáticas tornam as apostas mais altas do que nunca.

No capitalismo, o fogo se transfere da paisagem aberta para caldeiras, turbinas e câmaras de combustão. Ao mesmo tempo, o fogo usado durante milhares de anos para criar e manter florestas e campos agrícolas se torna suspeito, é vilanizado e até criminalizado. Entretanto, um fogo muito mais intenso, destrutivo e alimentado por combustíveis fósseis dentro de motores e turbinas passa a ser sinal de civilização e progresso, juntamente com a extração e o desperdício que o acompanham.

Então, quando você liga a TV durante a estação seca nas zonas de plantação de árvores do Chile ou de Portugal ou nas florestas estaduais do oeste da América do Norte, você pode saber que ouvirá relatos assustadores sobre incêndios florestais incontroláveis e os bandidos que estariam por trás deles.

Os relatos nunca mencionam os fogos movidos a combustíveis fósseis que, ao mesmo tempo, queimam invisivelmente dentro de cada automóvel e usina térmica em algum lugar do mundo, os quais – apesar do aquecimento global e da devastação que acompanha a extração de combustíveis fósseis – ninguém jamais sonharia em considerar criminosos.

Os relatos também não mencionam que esses dois fenômenos problemáticos são apenas dois lados da mesma moeda.

Eles não mencionam que o processo de expulsar agricultores e moradores das florestas de suas terras – onde muitas vezes terão usado queimadas cuidadosamente controladas para manter baixos os níveis de combustíveis perigosos e manter elevados os níveis de fertilidade e habitat animal – é o mesmo que os concentra em torno das máquinas movidas a combustíveis fósseis que usam e canalizam sua mão de obra.

Eles não mencionam que o sistema global de uso do fogo que possibilita o transporte internacional rápido de celulose ou óleo de dendê é o mesmo que resulta na fumaça que paira sobre milhares de hectares de florestas queimadas na Indonésia.

Também não mencionam que a distribuição industrial de fogo responsável pelo tráfego e o ar poluído em cidades como Los Angeles, Sydney ou Quito é a mesma que permite a acumulação de um crescimento exagerado de plantas nas paisagens próximas, tornando inevitáveis os incêndios florestais que periodicamente destroem os entornos dessas cidades.

O fogo na política climática

A política climática faz com que a maneira como o fogo é organizado hoje seja ainda mais perversa.

A maioria dos formuladores de políticas climáticas é implicitamente guiada pela ideia simplista de que o aquecimento global é causado pelo fogo em abstrato. Eles também sustentam a suposição igualmente simplista de que todo fogo é igual: um processo químico de oxidação sobre o qual podem ser colocados vários acessórios “culturais”, “sociais”, “espirituais” ou “religiosos”, dependendo das circunstâncias locais.

Então, para eles, parece natural supor que a dependência do mundo rico em relação aos combustíveis fósseis é algo que pode ser “equilibrado” se esse mundo rico assumir mais controle sobre as terras e as práticas bióticas de uso do fogo por agricultores e moradores das florestas do Sul global.

Surgem o REDD, os mercados de carbono e os programas de “agricultura favorável ao clima”.

Ignorando ou desrespeitando a diversidade e os méritos ambientais diferenciados de milhares de regimes de uso do fogo típicos das culturas, esses esquemas ironicamente solapam a própria estabilidade climática que afirmam estar promovendo, permitindo que a estupidez sobre o fogo prolifere ainda mais.

Se uma compreensão química unilateral da água é um instrumento de opressão e destruição ambiental em Bali, também há um entendimento globalizado e químico acerca do fogo sendo generalizado de uma forma que ameaça a terra e as florestas em todos os lugares.

Mas à medida que o aquecimento global se agrava e as espécies que dependem do fogo são levadas à extinção, talvez tenha chegado a hora de insistir mais fortemente na história oculta do fogo, a fim de ajudar a abrir novos espaços para os movimentos populares.

Equilibrando a história

Esta história revela muitos fatos importantes.

Por exemplo, que os grãos que alimentam o mundo se originam de ambientes regularmente conectados por incêndios causados tanto por raios quanto por seres humanos.

Que, em tempos pré-colombianos, os povos indígenas expandiram deliberadamente o espaço dos bisões até o que hoje é Nova York, direcionando incêndios que criaram um mosaico fértil de bosques e pastagens, semelhante a parques, em todo o leste da América do Norte.

Que, segundo um crescente consenso arqueológico, os incêndios provocados por seres humanos são, na verdade, parcialmente responsáveis por algumas das florestas mais valiosas do mundo – não apenas em regiões propensas ao fogo, como Austrália, África do Sul e México, mas também na Amazônia.

Mais uma vez, a visão de que a natureza e a humanidade são categorias separadas – que costuma ser atribuída ao pensador francês do século XVII René Descartes – revela-se um equívoco não apenas filosófico, mas também histórico.

Avante com o fogo

Uma visão mais equilibrada do fogo surge onde as pessoas têm espaço e tempo para ouvir e interagir democraticamente com os moradores das florestas.

Na Tailândia, por exemplo, o veterano estudioso das florestas Wirawat Theeraprasat conta a história de como ele foi ensinado, na universidade, que todos os incêndios florestais eram ruins. Somente depois de anos de diálogo com os membros da etnia Karen na condição de chefe de um importante santuário da vida selvagem, ele percebeu a importância ambiental das práticas locais de uso do fogo que ele fora ensinado a desprezar.

Enquanto isso, ao participar de cúpulas climáticas internacionais, o líder Karen mais jovem, Prue Odochao, aprendeu como era importante lembrar aos ativistas do Norte global que as causas do aquecimento global nunca deveriam ser agrupadas. Por exemplo, agricultores Karen usando fogo biótico na superfície da Terra e empresas de combustíveis fósseis extraíndo carvão, petróleo e gás de suas profundezas.

“Quantas aldeias Karen”, perguntou Prue, “perfuraram poços de petróleo dentro de suas fronteiras?”

Historiadores do meio ambiente, como Stephen Pyne e Charles Mann – que explicaram os diversos sistemas de uso do fogo em diferentes épocas e lugares, e por que isso é ambientalmente importante – podem ser de grande ajuda para abrir o necessário novo diálogo sobre o fogo. Mas a discussão, como sempre, será impulsionada, acima de tudo, pela contínua luta nas bases.

*Larry Lohmann, larrylohmann [at] gn.apc.org
The Corner House*

(1) Indonésia: a resistência do sagrado em Bali contra a “revolução verde” e a indústria do turismo, Boletim 237, abril de 2018, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/indonesia-a-resistencia-do-sagrado-em-bali-contr-a-revolucao-verde-e-a-industria-do-turismo/>

Leituras Complementares

Adeniyi P. Asiyambi, “A Political Ecology of REDD+: Property Rights, Militarised Protectionism, and Carbonised Exclusion in Cross River”, *Geoforum* 77 (2016) 146–156, <http://www.redd-monitor.org/2017/01/20/redd-in-cross-river-nigeria-property-rights-militarised-protectionism-and-carbonised-exclusion/>.

Mike Davis, *Ecology of Fear: Los Angeles and the Imagination of Disaster* (Verso, Londres, 2018), <http://book4you.org/book/3313796/876925>.

-----, “El Diablo in Wine Country”, *London Review of Books* 39 (21), novembro de 2017.

Silvia Federici, *Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation* (Autonomedia, Oakland, 2017), <http://book4you.org/book/2773532/e8ba20>.

Matthew Huber, "Energizing Historical Materialism: Fossil Fuels, Space and the Capitalist Mode of Production", *Geoforum* 40 (1) (2008) 105-115, https://landscapesofenergy.wikispaces.com/file/view/Huber_Energizing+historical+materialism-Fossil+fuels,+space+and+the+capitalist+mode+of+production.pdf

Charles C. Mann, *1491: New Revelations of the Americas before Columbus* (Vintage Books, Nova York, 2006), <http://book4you.org/book/1634396/aea76c>. Espanhol: <http://book4you.org/book/1189982/813d00>.

Stephen Pyne, "Fire Planet: The Politics and Culture of Combustion", Corner House Briefing Paper 18 (2000), <http://www.thecornerhouse.org.uk/resource/fire-planet>.

Ivonne Yanez, "Josefina e o Olho D'água contra as plantações nos páramos do Equador", *Boletim 211 do WRM*, março de 2015, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/josefina-e-o-olho-dagua-contra-as-plantacoes-nos-paramos-do-equador/>.

Indonésia: florestas em chamas e povos castigados. A tragédia dos indígenas Delang em Kalimantan Central



[Disponível em bahasa](#)

Quem viaja de Palangkaraya a Nangabulik, capital da regência de Lamandau, na província de Kalimantan Central, na Indonésia, vê uma paisagem monótona: plantações de dendezeiros. Quem continua a viagem até a fronteira com Kalimantan Ocidental encontra uma área montanhosa com uma floresta bastante densa. Lá vivem o povo indígena Delang. Delang é também o nome do distrito da regência de Lamandau que serve como zona de amortecimento para a regência – com florestas protegidas e a Bukit Sebayan (a Colina de Sebayan). Acredita-se ser um lugar sagrado onde costumavam viver os ancestrais da Kaharingan, a antiga religião, e os povos do lugar.

A comunidade indígena Delang é conhecida há muito tempo por se opor a vários investimentos destrutivos em suas florestas e seu meio ambiente, como plantações de dendezeiros (para produção de óleo de palma), mineração e concessões florestais. Contudo, a maioria das aldeias da regência de Lamandau e de Kalimantan Central como um todo já perdeu suas florestas.

Desde antes de existir a República da Indonésia, e até hoje, o povo Delang vem contribuindo para a proteção das florestas. No entanto, infelizmente, eles estão sendo punidos em vez de serem recompensados por sua valiosa contribuição. **O governo proibiu sua agricultura tradicional com uso do fogo e tempo de descanso** (também chamada de “corte e queima” ou coivara) depois que grandes incêndios florestais assolaram várias províncias do país em 2015.

A proibição geral da agricultura itinerante foi estabelecida sem que fosse oferecida nenhuma alternativa. A proibição também contradiz o fato de que **a antiga prática da agricultura de coivara é protegida pela Lei de Proteção e Gestão Ambiental**. O artigo 62 dessa lei permite que as comunidades indígenas realizem o cultivo com queima e pousio em uma área máxima de dois hectares por família para plantar roças com variedades locais, com a construção de uma vala para evitar a propagação do fogo.

Proibir a agricultura itinerante sem oferecer alternativas é uma tragédia para a comunidade Delang, que se tornou vítima de incêndios florestais e desmatamento resultantes das queimadas promovidas pelas empresas. No entanto, em vez de receberem apoio para se recuperarem ou indenização por danos causados por terceiros, eles foram punidos. Usando a polícia e o exército, o governo pressiona e ameaça os moradores das aldeias com muitos anos de prisão, e aterroriza as comunidades com cargas de água jogadas de helicópteros. A água usada é proveniente de açudes de peixes tradicionalmente usados pelas comunidades: seus açudes foram esvaziados e a água arremessada contra eles como bombardeio.

Florestas e terras queimando em Kalimantan Central

Na última década, o número de incêndios florestais e terrestres aumentou na Indonésia. Em 1997 e 1998, eles foram identificados em Sumatra, Kalimantan e Papua, com mais de 2 milhões de hectares de turfa queimados. Esses incêndios se tornaram um dos principais fatores a contribuir para as emissões de gases do efeito estufa na Indonésia. (1) **Em 2015, os incêndios florestais e terrestres atingiram uma área total de 1,7 milhão de hectares** (2), dos quais 770 mil se encontravam em Kalimantan Central, com 35,9% de áreas de turfas. (3)

Desde 1992 são registrados incêndios florestais e terrestres em Kalimantan Central, o que coincide com o desenvolvimento da plantação de dendezeiros nas regências de Kotawaringin Barat e Kotawaringin Timur. (4) A queima de florestas e terras em Kalimantan Central tem três fatores principais interconectados: 1) desmatamento e terras degradadas devido à exploração madeireira, 2) expansão descontrolada de plantações de dendê e 3) controle de empresas sobre áreas de terra cada vez maiores.

Em Kalimantan Central, 80% das florestas foram convertidas em plantações de dendezeiros ou destruídas pela mineração – o índice de desmatamento mais elevado da Indonésia. (5)

A agência florestal de Kalimantan Central afirma que, em 2010, havia mais de 7 milhões de hectares de terras degradadas, principalmente devido a atividades madeireiras. O órgão de gestão de bacias hidrográficas de Kahayan enfatizou que 7,27 milhões de hectares das florestas remanescentes de Kalimantan Central foram destruídos, a um ritmo de desmatamento de 150 mil hectares por ano. (7) **Florestas desmatadas e terras degradadas com arbustos são propensas a incêndios.** (8) Grandes incêndios são menos comuns em florestas tropicais intactas, que só se tornarão mais vulneráveis após uma seca prolongada. **O governo de Kalimantan Central adotou uma política que estipulava que as plantações de dendezeiros deveriam se expandir apenas em “terras degradadas”, mas florestas intactas também foram convertidas em plantações.** (9) As mudanças em florestas e eventos climáticos como o “El Niño” agravaram os incêndios florestais nos últimos 20 anos. (10)

As empresas de plantação de dendezeiros iniciaram suas operações em Kalimantan Central em 1992, e a regulamentação regional acaba facilitando o investimento no dendê na região. (11) Como resultado, a expansão massiva dessas plantações ocorreu sem controle. **As terras florestais e agrícolas, incluindo as turfeiras, foram convertidas sem hesitação.** A área total permitida para conversão cobre uma área praticamente igual ou maior do que a da própria regência, revelando descontrole na emissão de licenças a empresas. Em 2012, pelo

menos cinco regências emitiram licenças que cobriam áreas iguais ou maiores do que a própria regência administrativa.

Lamandau, onde vive o povo Delang, é uma dessas regências. **Com uma área total de 641.400 hectares, o governo da Regência de Lamandau emitiu licenças para empresas sobre uma área total de 530.526 hectares.** A regência de Barito Utara emitiu licenças cobrindo uma área total de 1.452.468 hectares, enquanto o tamanho real da regência é de apenas 830 mil hectares. A regência de Kapuas emitiu licenças para 1.761.579 hectares, com um tamanho total de 1.499.900 hectares. A regência de Gunung Mas emitiu licenças para 996.251 hectares para um tamanho real de 1.080.400 hectares. A regência de Barito Timur emitiu licenças para 359.043 hectares quando seu tamanho real é de 383.400 hectares. (12)

A ONG indonésia WALHI Central Kalimantan observou que as empresas controlam 12,7 milhões de hectares de terra de um total de 15,3 milhões – mais de 80% da província. Elas adquiriram o controle através da extração de madeira, plantações de dendê e concessões de mineração. (13) **Muitos incêndios terrestres e florestais começaram dentro dessas áreas de concessão. Em 2015, a WALHI registrou 17.676 focos de incêndio na região central de Kalimantan, a maioria em áreas de concessões a empresas.**

Um estudo feito em 2008 por Pasaribu, S.M. e Friyatno Supena explicou que a causa dos incêndios em Kalimantan estava associada ao desmatamento para estabelecer plantações. De acordo com o estudo, os sistemas tradicionais de cultivo itinerante também contribuíram para os incêndios em terra, embora apenas em 20%. (14)

As comunidades indígenas como escudo

A maioria dos incêndios florestais e terrestres estava localizada dentro das concessões das grandes empresas. No entanto, poucas são as ações legais contra elas. A WALHI Central Kalimantan observou que apenas 30 grandes empresas foram investigadas, e dez desses casos já foram encerrados sem que as empresas tenham sido responsabilizadas. Nenhuma das ações teve prosseguimento. (15) Em nível nacional, o governo central listou 413 empresas supostamente envolvidas em uma área total de 1,7 milhão de hectares, e apenas 14 foram punidas. Além disso, a WALHI explicou, **a lei ainda não tocou nos grandes atores envolvidos em uma vasta área de queimadas florestais.** Entre eles estão **Wilmar Group, Best Agro International, Sinar Mas, Musimas, Minamas e Julong Group.** Eles controlam o uso da terra não apenas com suas próprias concessões, mas também pela compra de óleo de dendê/óleo de palma bruto de empresas de pequeno e médio porte, e lucram com a queima de terras e florestas nas propriedades dessas empresas menores. As sanções e a aplicação da lei são aleatórias e seletivas. (16) No Kalimantan Central, as grandes empresas envolvidas na queima da floresta incluem Sinar Mas e Wilmar. (17)

Limpar a terra usando equipamentos mecânicos custa duas vezes mais do que com o uso do fogo. (18) As empresas de óleo de dendê empregam pessoas locais para limpar a terra usando queimadas. (19)

Uma pesquisa feita por Bambang Hero, professor do Departamento Florestal do Instituto de Agricultura de Bogor, revelou que, em 2015, muitas empresas empregaram moradores locais para limpar a terra com fogo. **As empresas estão usando essas pessoas como “escudos humanos” para evitar as consequências jurídicas do uso do fogo para**

limpar a terra e a floresta. Quando a equipe de verificação da incidência de incêndios visitou o local, as empresas alegaram que a terra desmatada pertencia à comunidade local. Seis meses depois, a mesma área teria passado às mãos da empresa, e as pessoas que haviam sido responsabilizadas por limpar a terra já não podiam ser encontradas. (20)

Há uma tentativa sistemática de retratar o crime empresarial como crime individual, **responsabilizando comunidades indígenas ou locais.** As leis que protegem as práticas agrícolas indígenas locais são usadas para influenciar a opinião pública de modo que as comunidades tradicionais locais sejam responsabilizadas pela queima da floresta, mesmo onde os incêndios são resultado de desmatamento dentro das áreas de concessão.

Em vez de fazer cumprir a lei, o governo prefere punir as comunidades indígenas, incluindo o povo Delang, por supostos crimes que não cometeram. A regulamentação em Kalimantan Central, que protege as práticas agrícolas tradicionais das comunidades indígenas Dayak, foi revogado pela Regulamentação Governamental Nº 15/2015. **Placas dizendo “proibido queimar” foram postas em todas as esquinas.** O exército e a polícia foram enviados às aldeias para controlar e pressionar as pessoas. Os grupos indígenas que continuavam praticando agricultura de corte e queima foram aterrorizados, e **helicópteros jogaram cargas de água para apagar os fogos usados em seus sistemas agrícolas tradicionais.**

Vítimas punidas

A comunidade indígena Delang é a vítima. Eles foram expostos à perigosa fumaça de incêndios florestais e terrestres que têm origem nas áreas de concessão controladas pelas empresas. Também sofreram o impacto da expansão da indústria do óleo de palma, que resultou em grave pressão econômica sobre os povos Delang e suas economias tradicionais.

Nos últimos 10 anos, **além de perder terras para as plantações de dendezeiros, o povo Delang foi exposto à pressão econômica devido a políticas governamentais que prejudicam a população local.** Elas incluem (1) a queda do preço da borracha, (2) a apropriação de espaços de vida comunitária por meio da designação de aldeias como áreas silvícolas, (3) desmatamento e mudança climática, (4) expansão das monoculturas de dendezeiros e (5) degradação ambiental por meio da extração ilegal de madeira pelas empresas.

A borracha é a principal cultura por meio da qual a comunidade indígena Delang obtém renda, além de arroz e frutas. Desde que o governo proibiu a exportação de borracha bruta, o preço caiu de 20 mil rúpias em 2009 para 5 mil – está em 6 mil rúpias atualmente.

A emissão excessiva de licenças para atividades empresariais resultou em altas taxas de desmatamento. A perda de florestas também alterou o microclima que, por sua vez, afeta os ciclos agrícolas. Isso complica a agricultura tradicional. Estações chuvosas prolongadas e estações secas extremas levam a uma queda na produtividade e a colheitas malsucedidas. Ao contrário de antes, as colheitas de arroz já não são suficientes para o sustento durante um ano. Um aumento dos surtos de insetos agrava ainda mais a situação.

Antes de o dendê chegar à região, o arroz crescia bem e proporcionava um bom rendimento, e não havia surtos de insetos. Agora, ratos e insetos atacam as hortas das pessoas e se tornaram um grave problema. As árvores frutíferas são substituídas pelo

dendê, e as abelhas acabaram, causando uma queda na produção de frutas e mel. Além disso, a extração ilegal de madeira é desenfreada na área adjacente às terras do povo Delang, principalmente depois de duas madeireiras começarem a operar no local.

A situação econômica do povo Delang é péssima. Muitas pessoas venderam suas terras para aliviar dificuldades econômicas, e o governo está aumentando os problemas ao proibir a agricultura tradicional. **As pessoas têm medo da polícia e dos militares encarregados de garantir o cumprimento da proibição e, mesmo assim, para sobreviver, têm que plantar onde as concessões às empresas deixaram pouco espaço e oportunidade.** Por causa disso, muitas vezes a colheita é fraca. Alguns se atrevem a continuar praticando agricultura, mas devido a essas pressões econômicas, muita gente precisa procurar trabalho fora das aldeias.

O povo Delang foi tratado injustamente. Essas pessoas não são culpadas pelos incêndios florestais e terrestres. Elas queimam e limpam seus próprios campos – que não são concessões de terras. **Um campo é um pequeno lote de terra, com menos de um hectare, ao passo que o terreno da concessão pode ter centenas de milhares de hectares.** A agricultura visa a subsistência e não o lucro. **Nunca houve grandes incêndios florestais no distrito de Delang devido às suas práticas agrícolas tradicionais.** O povo Delang, bem como os povos Dayak em geral, aplica um sistema de “cercamentos” ao praticar a agricultura itinerante, segundo regras indígenas rigorosas e com pesadas multas para os infratores. Cada família pode trabalhar apenas um hectare de terra, e a queima é manejada coletivamente. É uma prática muito diferente da maneira como as empresas usam o fogo, queimando milhares de hectares de terra e florestas sem capacidade de controle.

A proibição da agricultura tradicional não apenas está negando o direito das pessoas à soberania alimentar e a um meio de subsistência, mas também dizimou o tecido social e cultural das comunidades indígenas que estão ligadas a essas atividades agrícolas. As pessoas estão frustradas com a pressão econômica que enfrentam e com as políticas do governo que as pressionam ainda mais e comprometem seus meios de vida. No final, **o povo Delang decidiu resistir.** Eles continuarão com a agricultura tradicional e estão dispostos a serem presos na cadeia, juntos.

Sri Palupi

The Institute for Ecosoc Rights, Indonésia

(1) Adinugroho WC., I NN Suryadiputra, BH Saharjo, dan L Siboro. 2005. Panduan Pengendalian Kebakaran Hutan dan Lahan Gambut. Proyek Climate Change, Forests and Peatlands in Indonesia.

(*Guidance on Forest and Peatland Fires Management*). Wetlands International – Indonesia Programme dan Wildlife Habitat Canada. Bogor. Indonesia dalam Kebakaran Hutan Dan Lahan: Sebuah Tinjauan Analisis Kelembagaan (in *Forest and Land Fires: Institutional Analysis Review*).

(2) Karnawati. 2015. Pelajaran dari Kebakaran Hutan dan Lahan. (Lições de incêndios florestais e terrestres)

<http://nasional.kompas.com/read/2015/10/30/18000081/Pelajaran.dari.Kebakaran.Hutan.dan.Lahan>

(3) <http://hutaninstitute.or.id/surat-terbuka-ngo-indonesia-kepada-pemerintah-republik-indonesia/>

(4) http://interseksi.org/archive/publications/essays/articles/pengaruh_sawit.html dalam Dilema Kebijakan Yang Pro Rakyat, Kritis, Vol. XXIV, N° 2, 2015.

(5) <http://www.antaraneews.com/berita/466282/80-persen-hutan-kalimantan-tengah-beralih-fungsi>

(6) Statistik Bidang Planologi Kehutanan tahun 2011, Badan Planologi Kementerian Kehutanan, dalam Laporan Pemantauan Kejahatan Sektor Kehutanan di Wilayah Moratorium Kalimantan Tengah, WALHI Kalimantan Tengah (*Statistic of Forestry Planology Sector 2011, Planology Agency of Forestry*)

Minister, in Report on monitoring of forestry sector crimes on moratorium area in Central Kalimantan, WALHI Central Kalimantan).

(7) Kalimantan Pos, 27 de abril de 2010.

(8) https://www.wri.org/sites/default/files/pdf/indoforest_chap4_id.pdf

(9) Lihat hasil riset the Institute for Ecosoc Rights di Kalimantan Tengah: "Palm Oil Industri and Human Rights, 2014" (*Veja pesquisa do Institute for Ecosoc Rights in Central Kalimantan: "Palm Oil Industry and Human Rights, 2014"*).

(10) https://www.wri.org/sites/default/files/pdf/indoforest_chap4_id.pdf

(11) Sejarah Perkebunan Kelapa Sawit di Kalimantan Tengah, Dinas Perkebunan Provinsi Kalimantan Tengah, 2009 (*The history of Oil Palm Plantations in Central Kalimantan, Plantation Office of Central Kalimantan Province, 2009*).

(12) Palangka Post, 1º de junho de 2011, dalam The Institute for Ecosoc Rights, Palm Oil Industry and Human Rights, Jakarta 2014, página 16 (*Post de Palangka, 1º de junho de 2011 em The Institute for Ecosoc Rights, Palm Oil Industry and Human Rights*).

(13) Apresentação da ALHI a pesquisadores do Institute for Ecosoc Rights, Palangkaraya, Kalimantan Central, março de 2013.

(14) Dilema Kebijakan Yang Pro Rakyat, Kritis, Vol. XXIV, Nº 2, 2015.

(15) <http://www.mongabay.co.id/2015/10/06/berikut-korporasi-korporasi-di-balik-kebakaran-hutan-dan-lahan-itu/>

(16) www.gresnews.com/berita/hukum/101960-tebang-pilih-hadapi-korporasi-pembakar-lahan/

(17) <http://www.mongabay.co.id/2015/10/06/berikut-korporasi-korporasi-di-balik-kebakaran-hutan-dan-lahan-itu/>

(18) https://www.wri.org/sites/default/files/pdf/indoforest_chap4_id.pdf

(19)

https://www.academia.edu/21086380/Kebakaran_Hutan_Dan_Lahan_Sebuah_Tinjauan_Analisis_Kelengkapan

(20)

<https://nasional.kompas.com/read/2016/08/30/18105451/perusahaan.pembakar.hutan.disebut.kerap.ja.dikan.masyarakat.sebagai.tameng>

Chile: megaincêndios florestais, crimes empresariais e impunidade



Na região centro-sul do Chile, têm se expandido progressivamente os **megaincêndios florestais, que abalam o país de tempos em tempos, relacionados às plantações industriais de monoculturas de espécies exóticas de pinus e eucalipto**. O último deles aconteceu no verão de 2017 e, no início de fevereiro, registrava quase 600 mil hectares devastados, distribuídos em algumas áreas da Região de O'Higgins, em todo o Maule e em grande parte do Bio Bio. Em sua maioria, **os focos foram gerados intencionalmente nas plantações**, deixando onze pessoas mortas, 1.551 propriedades queimadas, 6.162 danificadas, e perdas econômicas e materiais milionárias, além de danos ambientais profundos. (1)

Três teses foram levantadas na agenda pública em relação a intencionalidade. A primeira está relacionada à chamada rede internacional de corrupção para o lucro, que se beneficiaria dos megaincêndios. (2) A outra é um fato que não foi considerado oficialmente como motivador dos incêndios, apesar de ser conhecido em instituições públicas: as pragas descontroladas nos plantios de monoculturas, que estavam em áreas devastadas. (3) A terceira é a que foi levantada por certos grupos de ultradireita, relacionada a atos de "Terrorismo Mapuche". Eles criaram uma campanha de notícias falsas (4) que visa a desviar a responsabilidade de empresas de plantação, acusando comunidades indígenas Mapuche, embora, desta vez, os incêndios tenham ocorrido em áreas onde praticamente não há comunidades mapuches.

Na visão de várias organizações, há uma ação orquestrada, com intenção clara. **A maioria das áreas afetadas por incêndios estava plantada, em grande parte, com monoculturas de pinus e eucaliptos que foram afetadas por pragas**. (5) Algumas dessas pragas estavam absolutamente fora de controle e continuaram aumentando em todo o centro-sul do Chile, como no caso da chamada "vespa da madeira ou *Sirex noctilio*". (6) Isso vem sendo denunciado desde 2012 (7), no contexto dos focos de incêndio da temporada de verão, que, na ocasião, deixaram cerca de 60 mil hectares arrasados e sete membros de brigadas florestais mortos. (8) Um grupo de políticos também tentou apontar "causas mapuches" por meio de uma campanha na mídia, incluindo **a aplicação de lei**

antiterrorista contra as comunidades indígenas. Assim, instrumentalizam-se os históricos conflitos latentes com comunidades mapuches em função da concentração de terras por parte das empresas de plantação, gerando uma grave onda de racismo, intolerância e xenofobia, cujo contexto foi objeto de uma investigação jornalística e da publicação de um livro em 2014. (9)

Estima-se que haja três milhões de hectares de plantações florestais no centro-sul do Chile, dos quais 750 mil hectares correspondem ao consórcio CMPC, cuja empresa principal é a **Florestal Mininco**, controlada pelo grupo Matte, que tem uma fortuna superior a 11,5 bilhões de dólares. A outra empresa que está presente concentra mais de 1,2 milhão de hectares e corresponde ao consórcio Copec-Antar Chile, cuja principal empresa do setor florestal é a **Celco-Arauco**, do grupo Angelini, também com uma fortuna de bilhões de dólares. Ambos os grupos econômicos estão ligados, no Chile, a situações de corrupção, saques, conspirações e conluio. (10)

As empresas florestais receberam bilhões de pesos dos cofres do Estado todos os anos. Em 2017, em meio a grandes manifestações, mais de uma centena de organizações apontavam: **“Fazemos um chamado aos responsáveis pelo poder político do Estado para acabar com o modelo de monoculturas** que está levando todos e todas a um abismo, cujo desastre vem aumentando progressivamente em meio à ineficácia das instituições públicas e ao apadrinhamento político, e às redes de corrupção geradas pelos grupos econômicos ligados a plantações de monoculturas. São bilhões de pesos do Erário destinados anualmente aos interesses dos principais grupos econômicos do país, para gastos como: custos de produção, pesquisa científica nas universidades públicas, membros das brigadas da Conaf [Corporação Nacional Florestal] para apagar seus incêndios, forças públicas para proteger suas terras, melhoria das estradas diante da destruição causada pelo tráfego pesado de caminhões que transportam os cultivos, anexação de terras de agricultores e comunidades a seus interesses, distribuição de milhares de litros de água a zonas onde há crise hídrica localizada em áreas de maior concentração de monoculturas, desenvolvimento de biotecnologia para melhorar espécies e torná-las mais resistentes a mudanças climáticas, por exemplo, em áreas de cordilheira, ou para maior sucção de lençóis subterrâneos. (...) **Esse saque estatal não pode continuar”**(11).

Também é importante considerar os recursos estatais usados para **criminalizar membros do povo Mapuche no contexto de conflitos de terras ancestrais**, principalmente nas zonas de Arauco, Malleco, Cautín e Los Ríos. Isso envolve vários casos de violência, incluindo **graves ações contra as crianças mapuches**. (12)

Outro elemento não menos importante é o fato de que o pínus e o eucalipto são considerados espécies “pirófitas”, com alto risco de combustão e propagação. **O eucalipto produz um óleo altamente inflamável**, e por isso é chamado de “árvore-gasolina”. **O mesmo acontece com o pínus**, devido à grande quantidade de resina. Plantadas em monocultura, ambas as espécies contribuíram para a expansão dos megaincêndios no Chile, em meio a uma enorme crise hídrica também gerada por essas plantações no centro-sul do país. (13)

Impunidade das empresas em incêndios criminosos

Em setembro de 2015, várias organizações – entre elas, a Rede pela Defesa dos Territórios, o Observatório Latino-Americano de Conflitos Ambientais (OLCA) e representantes

estudantis e ambientais – foram à Procuradoria Nacional para entregar uma pasta com mais de 300 páginas de documentos sobre autoatentados ou a **relação dos atentados com grupos mercenários ligados a interesses de empresas de monoculturas**. (14)

Parte do conteúdo apresentados incluía: depoimentos de ex-guardas vinculados a empresas de vigilância em áreas de plantações de monoculturas; confissões de trabalhadores pagos para cometer ataques e incriminar os líderes mapuches; laudos inacabados e processos judiciais abandonados relacionados a atentados florestais e grupos mercenários; ex-agentes do serviço de inteligência da ditadura militar prestando serviços de vigilância para empresas; testemunhos públicos de parlamentares; investigações jornalísticas e pareceres jurídicos.

Além disso, foram entregues dados sobre a relação entre os incêndios nas plantações e as pragas existentes, e informações sobre a existência de grupos mercenários que pretendem criminalizar e reprimir o povo Mapuche, bem como cobrança de seguros e conluio de setores empresariais, políticos e judiciários na Região de Araucanía.

É inconcebível que o Ministério Público nunca tenha estabelecido linhas de investigação para determinar os atos e as responsabilidades relacionados aos interesses das empresas de plantação, principalmente a Mininco e a Arauco. Em vez disso, **os promotores preferiram, com preconceito e racismo, iniciar uma perseguição aberta ao povo mapuche**.

As organizações denunciaram que existem **vínculos diretos entre operadores da justiça e interesses políticos ligados à indústria de plantações**, referindo-se ao ex-promotor regional na Araucanía Francisco Ljubetic e ao ex-promotor Luis Chamorro, que durante anos moveu ações de criminalização contra vários membros das comunidades mapuche. Chamorro renunciou ao cargo em 2014, alegando motivos de saúde, e passou a prestar serviços como lobista à Arauco. (15)

Após as denúncias, o Ministério Público decidiu realizar uma investigação nas regiões do Bio Bio e da Araucanía, mas até o momento, nada foi investigado.

Em meio à devastação dos megaincêndios de 2017, em 31 de janeiro daquele ano, **110 organizações apresentaram ao Conselho de Defesa do Estado diversos antecedentes relacionados a atentados incendiários que beneficiavam os interesses da indústria de monoculturas** nas regiões de Maule, Bio Bio e Araucanía. O Conselho deve zelar pelo interesse público e é um ator nacional relevante no cumprimento da legislação ambiental. Portanto, por meio de um pedido formal, foi-lhe solicitado expressamente que assumisse uma investigação e tomasse medidas jurídicas sobre a responsabilidade que as empresas teriam nos incêndios florestais. (11)

No entanto, em 22 de fevereiro de 2017, o Conselho indicou que “não tem os poderes de investigação necessários (...) para intervir nessa questão”, e acrescentou que “os antecedentes apresentados foram entregues à Unidade Ambiental deste Serviço para estudo e análise, a fim de reunir mais informações e atuar de acordo com as funções e poderes legais”. O documento foi assinado por Carlos Mackenney, presidente em exercício do Conselho de Defesa do Estado. (16)

Para as organizações, fica claro que **o Conselho de Defesa do Estado não quis agir porque há conflitos de interesse**. Elas denunciaram que o presidente do Conselho (Juan

Ignacio Piña Rochefort) era um representante de confiança do ex-presidente Sebastián Piñera durante seu governo. Piñera, por sua vez, tem uma relação próxima com as empresas florestais. O ex-presidente foi sócio do consórcio florestal Angelini, na Antar Chile, e mantém um relacionamento próximo com o grupo Matte, da Forestal Mininco. Também não é possível omitir as redes de corrupção envolvendo amplos setores da oposição e do governo, incluindo vários representantes ligados ao governo de Bachelet e aos interesses das empresas. “O Conselho de Defesa do Estado simplesmente lavou as mãos”, disseram as organizações.

Depois dos incêndios de 2017, veio à tona na mídia que o Ministério Público na região de Maule estava investigando a relação entre os incêndios e as plantações florestais. Em julho de 2017, observou-se que “o promotor Mauricio Richards, encarregado do caso, investiga a relação desse desastre nacional com um decreto emitido pelo Serviço Agrícola e Pecuário (SAG) um mês antes do início dos focos de incêndio, que colocou em quarentena muitas das plantações de pinus destruídas devido a uma praga de vespa da madeira que inutilizou centenas de hectares – posteriormente afetados pelos incêndios. Mais uma vez, a suspeita recai sobre a indústria florestal, já que os seguros que cobrem a terra afetada pelas chamas não teriam coberto os danos causados pela praga.” (17)

Após os rumores da imprensa, o Ministério Público emitiu uma declaração negando essa investigação e afirmando que “as investigações estão agora voltadas a outros assuntos, o que não significa que, se houver denúncias graves e específicas sobre possíveis pagamentos indevidos de seguros em função da presença da vespa, estas não serão investigadas com os mesmos rigor e profissionalismo com que são investigadas todas as denúncias que chegam ao conhecimento do Ministério Público.” (18) A recusa a investigar confirmou as alegações que explicam a **cumplicidade do Ministério Público com as empresas**.

O Ministério Público do Chile – um órgão supostamente autônomo cuja função é direcionar a investigação de crimes, levar os acusados aos tribunais, se for o caso, e oferecer proteção a vítimas e testemunhas – é acusado de fazer parte e ser cúmplice dos crimes relacionados às empresas de plantação, ligando seus funcionários aos interesses dessas corporações privadas. Uma situação semelhante recai sobre o Conselho de Defesa do Estado – outro organismo que, apesar de ter os poderes, prefere se omitir e descumprir suas obrigações, deixando impunes crimes cometidos no contexto dos megaincêndios florestais que devastaram o centro-sul do Chile nos últimos anos.

Em vários territórios, mantém-se resistência constante ao modelo da indústria de monoculturas. Em uma reunião realizada em Temuco, em maio de 2018, foi anunciado que persistirão as denúncias em vários órgãos políticos e de direitos humanos em níveis local e internacional para acabar com a impunidade.

Alfredo Seguel, alfredoseguel [at] gmail.com
Mapuexpress

(1) ¿Quiénes incendiaron Chile? / <http://www.elmostrador.cl/noticias/opinion/2017/08/03/quienes-incendiaron-chile/>

(2) La red internacional de corrupción que se beneficiaría con los megaincendios en Chile / <http://www.elciudadano.cl/2017/02/09/358150/la-red-internacional-de-corrupcion-que-se-beneficiaria-con-los-megaincendios-en-chile/>

- (3) Resoluções do SAG e estudo da Conaf confirmam pragas em grandes áreas de plantações florestais / <http://www.mapuexpress.org/?p=15937>
- (4) El “Terrorismo Mapuche”: La campaña de desinformación para desviar responsabilidades en mega incendios forestales / <http://www.mapuexpress.org/?p=16499>
- (5) Resoluções do SAG e estudo da Conaf confirmam pragas em grandes áreas de plantações florestais / <http://www.mapuexpress.org/?p=15937>
- (6) *Sirex noctilio* ou vespa da madeira do pínus / <http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/sirex-noctilio-o-avispa-de-la-madera-del-pino>
- (7) As pragas que desde 2001 arrasam as florestas no sul do Chile / <https://www.nuevamuja.com/bienestar/2012/01/10/las-plagas-que-desde-2001-arrasan-con-las-forestales-del-sur-de-chile.html>
- (8) Chile: Incendio en Carahue deja 7 brigadistas muertos / <https://www.nuevamuja.com/bienestar/2012/01/05/chile-incendio-en-carahue-deja-7-brigadistas-muertos.html?year=2012&month=01&page=1&blog=latam&kind=category>
- (9) Livro: “VIDAS DE PAPEL. Negocio de la Madera y conflicto Intercultural en Chile” (2014) / <http://www.mapuexpress.org/?p=1563>
- (10) Especial conflicto forestal en Chile: Colusión, saqueo, corrupción, conspiraciones / <http://kaosenlared.net/chile-mapuche-especial-conflicto-forestal-en-chile-colusion-saqueo-corrupcion-conspiraciones-y-el-asesinato-de-alex-lemun/>
- (11) Organizações responsabilizam empresários por incêndios e pedem o fim do modelo florestal <https://www.biobiochile.cl/noticias/nacional/chile/2017/01/31/organizaciones-responsabilizan-a-empresarios-por-incendios-y-piden-fin-del-modelo-forestal.shtml>
- (12) Conflito Florestal e Violência contra as crianças mapuches / <http://www.mapuexpress.org/?p=18318>
- (13) Pínus e eucalipto e eucalipto como espécies pirófitas / <http://www.infogate.cl/2017/02/01/premio-nacional-de-ciencias-2010-los-eucaliptos-se-llaman-arboles-gasolina/>
- (14) Organizações acusam o Ministério Público do Chile de estigmatizar os mapuches / https://www.eldiario.es/politica/Organizaciones-Fiscalia-Chile-estigmatizar-comunidad_0_427308255.html
- (15) O ex-promotor “antimapuche” Luis Chamorro está registrado como lobista do braço florestal do grupo Angelini / <https://www.elciudadano.cl/medio-ambiente/ex-fiscal-chamorro-el-anti-mapuche-aparece-registrado-como-lobbista-de-forestal-del-grupo-angelini/06/29/#ixzz5IVztFyYL>
- (16) Resposta do Conselho de Defesa do Estado / <https://drive.google.com/file/d/0BxStQZbctlg9RmVsMnIDWS02bjg/view?usp=sharing>
- (17) Investigaçãõ sobre a relação dos incêndios florestais com a praga das vespas e o pagamento de seguros / <https://www.biobiochile.cl/noticias/nacional/chile/2017/07/04/investigan-relacion-de-incendios-forestales-con-plaga-de-avispa-y-pago-de-seguros.shtml>
- (18) Ministério Público Regional de Maule nega investigaçãõ sobre incêndios florestais ligados a vespas / <https://www.atentos.cl/2017/07/05/fiscalia-regional-del-maule-niega-investigacion-sobre-incendios-forestales-vinculada-a-avispa-taladradoras/>

Amazônia: território sob fogo cruzado



A Amazônia, que cobre parte do que hoje é considerado Brasil, Peru, Colômbia, Bolívia, Venezuela, Equador, Guiana, Guiana Francesa e Suriname, é um território vivo, em permanente transformação, que coexiste com centenas de povos e comunidades que dependem das florestas.

Embora as florestas sejam mais bem cuidadas em território indígena, as práticas e os conhecimentos que as protegem continuam marginalizados e até criminalizados. O fogo é uma peça fundamental.

Quem está realmente queimando as florestas na Amazônia?

A maioria dos cientistas pressupunha que os grandes incêndios sazonais fossem improváveis em áreas de muita umidade, como a Amazônia, mas os acontecimentos dos últimos anos desmentiram essa suposição. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) registrou **mais de 200 mil incêndios florestais na Amazônia brasileira apenas em 2017**. (1)

De acordo com um de seus pesquisadores, a causa fundamental para que os incêndios se espalhem com tanta velocidade não são as “queimadas indígenas”, frequentemente responsabilizadas, nem as secas – que na verdade aparecem de maneira cada vez mais frequente e prolongada – e sim **o chamado “corte seletivo” ou “corte com impacto reduzido”**.

Esse tipo de corte se tornou popular em todo o mundo desde os anos 1990, já que prometia a extração de madeira sem causar os efeitos devastadores do corte raso ou do desbaste. Sob essa prática, também chamada de “manejo florestal sustentável”, os madeireiros extraem apenas a madeira considerada valiosa para o comércio. No entanto, estudos recentes mostram que, mesmo quando as taxas de extração são muito baixas, pode-se chegar à perda de biodiversidade, já que se acaba degradando e fragmentando a floresta, não apenas por retirar a madeira, mas também por abrir estradas. (2) O corte seletivo também afeta a vegetação remanescente, o solo, os processos hidrológicos e de erosão, e facilita a propagação do fogo. (3) Também deixa paus e restos pelo caminho, que se tornam inflamáveis quando secam. **Ao fragmentar a floresta, os incêndios se propagam cada**

vez mais rápido em épocas de seca. A mudança climática apenas exacerba esse processo.

Além disso, depois de comparar 12 anos de dados de satélites de cinco países amazônicos (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Brasil), Dolores Armenteras, uma especialista em incêndios e desmatamento que trabalha na Colômbia, concluiu que **os grandes incêndios estão associados às rotas de comunicação na Amazônia.** No Equador, por exemplo, **a exploração de petróleo e a abertura de estradas associadas a essas rotas estão fortemente ligadas aos incêndios** e ao desmatamento. (4) Ao analisar um mapa da Amazônia que mostra as estradas em fase de implementação, o pesquisador Carlos Porto-Gonçalves reflete: “a área tradicionalmente contínua de floresta começa a ser fracionada em blocos separados pelas estradas. Até cerca de 20 anos atrás, as estradas estavam nas margens da região, mas agora, não apenas avançam contra a Amazônia, mas também passam a fragmentá-la, o que provoca efeitos metabólicos de grande alcance. **Entre essas grandes rodovias que passam a fragmentar a região, ou melhor, a partir delas, surge uma série de estradas locais que promovem o desmatamento, em um processo que parece sem controle** e cujos efeitos são claramente devastadores em suas múltiplas escalas: local, regional, nacional e global.” (5)

Contudo, o corte seletivo de madeira e as estradas nos alertam para um problema maior.

Com o processo de colonização da região amazônica, iniciou-se uma intervenção “desenvolvimentista”. **Um modelo imposto de “desenvolvimento” que procura identificar, quantificar, explorar e monopolizar o maior número possível de “recursos naturais” para alimentar um mercado capitalista** que se intensifica e se acelera cada vez mais. A destruição e a expropriação intensas que essa intervenção continua causando sobre as pessoas e os locais de acumulação e poluição fazem parte **da injustiça e do racismo ambiental que lhe são inerentes.** (6) Esse “desenvolvimento” é **subjacente às muitas atividades que costumam ser identificadas como “motores do desmatamento”,** como as indústrias de madeira, agricultura, pecuária e celulose, bem como a extração, o transporte e o processamento de combustíveis fósseis e minerais, e a proliferação das hidrelétricas. (7) Essas indústrias, por sua vez, precisam de estradas, vias fluviais, portos, alojamento de trabalhadores, etc.

Vale ressaltar que, em muitos casos, esses **“motores do desmatamento” queimam enormes áreas de floresta para abrir o caminho ao seu “desenvolvimento”.** Esses incêndios, que não são proibidos nem criminalizados, são o mecanismo mais barato e mais comumente usado por muitas dessas indústrias.

É importante notar que **os incêndios florestais também são uma ameaça aos territórios indígenas** da Amazônia. De outubro a dezembro de 2017, por exemplo, no Brasil, 24 mil hectares do território indígena Kaiapó foram queimados, enquanto o território Xikrin, do rio Cateté, perdia cerca de 10 mil hectares. (8) Os dois territórios já haviam sofrido com a extração ilegal de árvores de mogno, e ambas as comunidades ainda estão lutando contra a mineração. No caso do território Xikrin, a extração de madeira envolveu a construção de 130 quilômetros de estradas primárias e 173 quilômetros de estradas secundárias. (9)

O manejo indígena do fogo

A chamada agricultura itinerante, migratória ou de “corte-e-queima”, uma prática milenar usada pelos povos da floresta, quase sempre é responsabilizada por causar incêndios e

desmatamento. No entanto, sabe-se que o seu uso conserva e melhora o solo, estimula o crescimento de certos tipos de vegetação e contribui para a proteção de habitats específicos. Ao abrir clareiras na floresta e queimar os restos de galhos e folhas, são produzidos nutrientes que enriquecem o solo e evitam incêndios maiores em épocas de seca. A prática de empregar lotes distanciados, em lugares, escalas e ciclos de tempo específicos, com longos períodos de repouso para permitir a regeneração, indica o importante conhecimento ancestral das comunidades sobre como respeitar o meio ambiente e coexistir com ele de forma sensível e respeitosa.

No entanto, o fogo cumpre um papel que vai muito além de abrir áreas para o cultivo. Os povos amazônicos sabem que as florestas densas não podem ser muito ricas em fauna e que os lotes abandonados para repouso se tornam muito atrativos para animais de caça. Esses lotes dispersos também limitam a propagação de pragas, fungos e insetos, e incentivam determinados tipos de vegetação. Além disso, com o fogo, estimulam árvores frutíferas, criam espaços sagrados, controlam certas áreas de pasto e forragem para animais domésticos, abrem caminhos de viagem, mantêm espaços comunitários e habitacionais, etc. **Esse uso sábio do fogo tem sido um elemento fundamental na evolução histórica da diversidade amazônica.**

Muitas comunidades, no entanto, têm ficado sem possibilidades de cultivar em seus lugares de origem, seja porque suas terras e/ou entornos de vida foram tomados, contaminados, expropriados no âmbito das políticas injustas, seja porque precisam escapar de situações de violência e criminalização. Isso as forçou a “adaptar” os ciclos da agricultura itinerante, as áreas de cultivo e pastagem e os tempos de rotação a espaços e ritmos muito mais curtos.

Diante disso, e com um discurso sobre “conter o desmatamento”, **as políticas de conservação chamam as práticas agrícolas milenárias de improdutivas e aproveitam a crise climática para impor programas que supostamente tornariam sua agricultura mais “eficiente”**. Não se procura conter o corte de madeira, as estradas ou as indústrias que fomentam a fragmentação da floresta. Usando slogans como “agricultura de baixo carbono” ou “amiga do clima”, **procura-se proibir e criminalizar a prática indígena de uso do fogo**. Muitos programas buscam inclusive assimilar os indígenas como uma opção barata em projetos de combate a incêndios.

Em Roraima, no Brasil, as agências governamentais querem substituir as práticas indígenas de uso do fogo pelo uso de tratores sob o lema “a tecnologia é branca, não indígena.” (10) No Parque Nacional Canaima, na Venezuela, muitos jovens do povo indígena Pemón têm criticado o uso tradicional do fogo, em grande parte devido a programas público-privados de educação ambiental com foco em controle de incêndios. O resultado é um declínio no uso do fogo por parte das comunidades Pémon e, portanto, o acúmulo de biomassa inflamável, já que os restos de plantas não são queimados nos ciclos habituais. Isso, por sua vez, facilitou o aumento de grandes incêndios florestais na estação seca. (11)

Nos poucos casos em que ao menos se reconhece a importância desse manejo local, ele acaba sendo prejudicado ao ser incluído em mecanismos de mercado ou de incentivo dentro de programas para mitigar a mudança climática. Assim, diversas queimadas locais são consideradas atividades potencialmente geradoras de benefícios no contexto do mercado de carbono. (12)

O não reconhecimento do importante papel do fogo nas florestas tem implicações cruciais para a regeneração, a conservação e a manutenção destas, bem como para as pessoas que dependem delas. O fogo, em uma convivência respeitosa, sempre fez e continua fazendo parte da vida nas florestas da Amazônia.

Joanna Cabello, joanna [at] wrm.org.uy
Membro do secretariado internacional do WRM

- (1) Mongabay, *Record Amazon fires stun scientists; sign of sick degraded forests*, October 2017, <https://news.mongabay.com/2017/10/record-amazon-fires-stun-scientists-sign-of-sick-degraded-forests/>
- (2) Veja, por exemplo: Science Direct, *Identifying thresholds of logging intensity on dung beetle communities to improve the sustainable management of Amazonian tropical forests*, 2017, <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0006320717311709> ou Mongabay, *Ecologists are underestimating the impacts of rainforest logging*, 2014, <https://news.mongabay.com/2014/07/ecologists-are-underestimating-the-impacts-of-rainforest-logging/>
- (3) Asner, G. et al. (2005) *Selective logging in the Brazilian Amazon*, https://www.fs.fed.us/global/iitf/pubs/ja_iitf_2005_asner001.pdf
- (4) La catalana que estudia los incendios forestales en Colombia, *El Espectador*, fevereiro de 2018, <https://www.elespectador.com/noticias/ciencia/la-catalana-que-estudia-los-incendios-forestales-en-colombia-articulo-739693>
- (5) Porto-Goncalves, C. (2018), *Amazonía. Encrucijada civilizatoria*, http://www.sudamericarural.org/images/impresos/archivos/Amazonia_encrucijada_civilizatoria.pdf
- (6) Boletim 223 do WRM, abril de 2016, *Racismo na floresta: um processo de opressão a serviço do capital*: <https://wrm.org.uy/pt/boletins/boletim-nro-223-abril-2016/>
- (7) Veja mapa sobre as represas na Amazônia: <http://dams-info.org/es> ; concessões petrolíferas: <https://es.mongabay.com/2013/03/108-millones-ha-de-la-pluviselva-amazonica-disponibles-para-exploracion-explotacion-de-petroleo-y-gas/> ; veja mapas das diferentes indústrias na região em: "Amazonía bajo presión", <https://www.amazoniasocioambiental.org/es/publicacion/amazonia-bajo-presion/>
- (8) Weisse M. and Fletcher K., *Places to Watch: 5 Forests at Risk This Month*, 2017, <http://www.wri.org/blog/2017/12/places-watch-5-forests-risk-month>
- (9) Watson F. (1996) "A view from the forest floor: the impact of logging on indigenous peoples in Brazil", <https://academic.oup.com/botlinnean/article-pdf/122/1/75/8102179/j.1095-8339.1996.tb02064.x.pdf>
- (10) Oliveira, J. et. al. (2005) *Agricultura familiar nos lavrados de Roraima*, em Jayalaxshimi M. et. al. (2016) *Community owned solutions for fire management in tropical ecosystems: case studies from indigenous communities in South America*, https://www.researchgate.net/publication/303503987_Community_owned_solutions_for_fire_management_in_tropical_ecosystems_Case_studies_from_Indigenous_communities_of_South_America
- (11) Sletto, B. (2006) *Burn marks: the becoming and unbecoming of an Indigenous landscape* e Sletto, B. (2008) *The knowledge that counts* em Jayalaxshimi M. et. al. (2016) *Community owned solutions for fire management in tropical ecosystems: case studies from indigenous communities in South America*, https://www.researchgate.net/publication/303503987_Community_owned_solutions_for_fire_management_in_tropical_ecosystems_Case_studies_from_Indigenous_communities_of_South_America
- (12) Veja, por exemplo: *Fire is REDD+: offsetting carbon through early burning activities in south-eastern Tanzania*, <https://www.cambridge.org/core/journals/oryx/article/fire-is-redd-offsetting-carbon-through-early-burning-activities-in-south-eastern-tanzania/11497CDE605E4FAE7F2E45171EEC46A5> e Jayalaxshimi M. et. al. (2016) *Community owned solutions for fire management in tropical ecosystems: case studies from indigenous communities in South America*, https://www.researchgate.net/publication/303503987_Community_owned_solutions_for_fire_management_in_tropical_ecosystems_Case_studies_from_Indigenous_communities_of_South_America

Quito, cidade no meio de um cinturão de fogo



Todos os verões, período sem chuvas, o Equador, país latino-americano localizado na metade do mundo, se prepara para enfrentar a possibilidade de incêndios florestais. Durante a estação seca (junho/julho a agosto/setembro), por causa do fogo, várias províncias têm visto desaparecer milhares de hectares de vegetação nativa, tanto de floresta quanto de planalto. **Geralmente, os incêndios envolvem plantações de eucaliptos ou pinus, que facilitam e intensificam o fogo.**

A incidência de fogo depende de vários fatores, como as mudanças climáticas, a duração e a intensidade da estação seca e, de acordo com as autoridades que não analisam o problema em toda a sua conjuntura, também depende do estado de espírito dos incendiários – aquelas pessoas que se sentem atraídas por gerar e propagar o fogo.

No entanto, para poder analisar mais profundamente os fatores que afetam os incêndios florestais no Equador, também é necessário examinar o papel das monoculturas de árvores exóticas. A substituição da vegetação nativa por plantações de monoculturas tem consequências devastadoras para a diversidade de espécies, as fontes de água, os solos, e a interação das populações locais com seus espaços de vida. **Portanto, as monoculturas alteram significativamente os regimes de fogo conhecidos, usados e manejados pelos habitantes.**

No Equador, a situação é grave. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, **existem 163 mil hectares cobertos por monoculturas de árvores e há um forte impulso para expandi-las**, principalmente com espécies de pinus, eucalipto, teca e balsa. Há um orçamento muito grande para levar adiante essa expansão, que pretende chegar a aproximadamente 500 mil hectares. Esses incentivos favorecem principalmente aos grandes empresários, em detrimento de agricultores, florestas e água.

O eucalipto consome água demais. Cada árvore em idade adulta absorve uma média de 20 litros de água por dia. As árvores de eucalipto também inibem o crescimento de outras espécies de plantas que poderiam funcionar como barreiras naturais ao fogo, retendo umidade. Por outro lado, **as folhas de eucalipto não se decompõem facilmente, e permanecem secas no solo, fornecendo alimento para o fogo.** O mesmo acontece com

sua casca e seus galhos. E os óleos essenciais do eucalipto (e do pínus), que lhe conferem o cheiro característico, são, em si, substâncias muito inflamáveis.

O eucalipto é conhecido como “amante do fogo” porque sobrevive aos incêndios florestais, fica verde novamente e aproveita o desaparecimento das outras plantas que poderiam competir com ele por luz e água para crescer com mais força.

Os eucaliptos que cercam Quito

No caso da capital, Quito, **a vegetação nativa foi erradicada para abrir caminho ao eucalipto**, criando o que se conhece como o “cinturão verde” da cidade. Apesar de ser quase inteiramente formado por plantações de eucalipto muito antigas, esse “cinturão” chegou a ser considerado erroneamente como floresta. Isso porque o governo do Equador usa a definição de florestas da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, a FAO, que permite que monoculturas de espécies exóticas sejam consideradas “florestas plantadas”.

Como resultado, as plantações antigas não foram cortadas nem receberam tratamento adequado para evitar que se incendiassem a cada verão. Esse “cinturão verde” consiste principalmente em cerca de 8.000 hectares de plantações de eucalipto (1), que predominam nas encostas do Pichincha, em Píntag, Nono, Conocoto, Alangasí, Amaguaña, La Merced, Pifo, Calacalí, El Quinche e Yaruquí.

O grande problema das plantações que cercam Quito é que sua influência sobre os incêndios florestais aumenta com o passar do tempo. Os impactos que são causados em 20 anos são muito diferentes dos que acontecem em 30 ou 40 anos, porque os impactos ambientais são ampliados com o passar do tempo. As plantações abandonadas tornam-se silvestres, ou seja, as árvores começam a se reproduzir, seja por rizomas ou por sementes, e os aceiros de proteção contra o fogo são ocupadas pelas novas mudas. Portanto, a densidade da monocultura aumenta e se acumulam mais folhas caídas disponíveis para propagar o fogo. Por serem altas e finas devido à densidade da plantação, onde têm que competir pela luz do sol, as árvores inflamam e espalham o fogo de maneira rápida e fácil.

A flora e a fauna são gravemente afetadas pelos incêndios florestais em torno de Quito. Sua restauração, se possível, poderia levar muito tempo. Além disso, **um incêndio florestal desencadeia outros impactos**, como a emissão de gases e fumaça contendo ozônio, dióxido de carbono, monóxido de carbono, hidrocarbonetos policíclicos aromáticos, dióxido de enxofre, partículas e outros, que causam graves impactos na qualidade do ar e danos à saúde da população exposta.

Os incêndios também são, portanto, um problema por seus impactos sociais, que **envolvem a integridade física, psicológica e econômica dos afetados**, deixando como rastro um grande número de pessoas asfixiadas e bens destruídos, e causando desequilíbrio econômico imediato nas pessoas atingidas, que **geralmente estão nas áreas mais pobres e vulneráveis da cidade**.

Uma mudança radical

Se acrescentarmos ao exposto as variações climáticas extremas derivadas da mudança climática, fica óbvia a **necessidade urgente de fazer mudanças radicais para a**

restauração das florestas. Isso pressupõe analisar as causas subjacentes dos incêndios. Em condições de seca intensa e altas temperaturas, as florestas nativas, devido à sua estratificação natural em quatro níveis (subsolo, herbáceo, arbustivo, arbóreo) retêm mais umidade em seu interior, propagando menos o fogo que as monoculturas de espécies exóticas, que só têm um nível e grande quantidade de material orgânico seco, no nível do solo. Isso foi admitido pelo ex-prefeito de Quito em 2017, após os incêndios ocorridos naquele ano. Mas, aparentemente, todo verão se começa do zero.

Alguns incêndios florestais são consequência de ações humanas: incendiários, queima de lixo, incêndios mal extinguidos, até mesmo ações de má fé que devem ser investigadas minuciosamente. Mas há também as **políticas públicas antigas e recentes que criam as condições para esses eventos**, como a substituição de florestas nativas por plantios florestais ou a prioridade ao reflorestamento com árvores exóticas, pensando apenas em ganhos de curto prazo.

Consequentemente, deve-se declarar a **proibição da expansão de monoculturas** de árvores exóticas. Para atingir esse objetivo, é necessário mudar radicalmente a matriz produtiva do Ministério da Agricultura, o Programa de Incentivos ao Reflorestamento com Fins Comerciais e o programa do Ministério do Meio Ambiente chamado de “Desmatamento Zero”, que considera que um hectare de floresta cortada pode ser substituído por um hectare de monocultura de árvores exóticas. De acordo com sua lógica, isso resultaria em “Desmatamento Zero”.

É essencial repensar o manejo florestal, modificando gradualmente as grandes áreas repovoadas com pinus e eucaliptos em direção a formações autóctones. E priorizar a restauração dos ecossistemas nativos de cada zona. Isso deve ser feito em *minga* (2), com a participação de pessoas e comunidades próximas aos locais afetados.

Diferentes vozes cidadãs exigem que a crise ecológica e social que estamos vivenciando seja tratada com medidas abrangentes, que podem incluir monitoramento comunitário para a prevenção de incêndios, boa gestão de bacias hidrográficas e riachos, capacitação em prevenção de incêndios florestais em zonas vulneráveis, políticas urbanas para aumentar a porosidade do solo nas cidades, campanhas em áreas urbanas e rurais para reduzir os desperdícios, como a proposta “Lixo Zero”. (3) Tudo isso como parte de uma política abrangente do Estado para prevenir incêndios florestais e outros desastres.

Nathalia Bonilla, foresta [at] accionecologica.org
Acción Ecológica

(1) <http://revistas.usfq.edu.ec/index.php/avances/article/view/134/136>

(2) A palavra “*minga*” vem do idioma indígena quíchua e faz referência ao trabalho coletivo que se realiza em benefício de toda a comunidade.

(3) Jornadas sobre “Lixo Zero”: <http://www.accionecologica.org/component/content/article/2213-basura>

Portugal: há 28 anos um povo lutou contra os eucaliptos. A terra nunca mais ardeu



No 31 de março de 1989, 800 pessoas juntaram-se na Veiga do Lila, uma pequena aldeia de Valpaços, e protagonizaram um dos maiores protestos ambientais que alguma vez aconteceram em Portugal.

A ação fora concertada entre sete ou oito povoações de um escondidíssimo vale transmontano. Depois juntaram-se ecologistas à causa. Uma tarde, largaram todos para **destruir os 200 hectares de eucalipto** que uma empresa de celulose andava a plantar na quinta do Ermeiro, a maior propriedade agrícola da região.

À sua espera tinham a Guarda Nacional Republicana (GNR), duas centenas de agentes. Formavam uma primeira barreira com o objetivo de impedir o povo de arrancar os pés das árvores, mas eram poucos para uma revolta tão grande.

A tensão subiria de tom ao longo da tarde. “Houve ali uma altura em que pensei que as coisas podiam correr para o torto”, diz agora António Morais, o cabecilha dos protestos. Mas também lá estava a imprensa, e ainda hoje o homem acredita que foi por isso que a violência não escalou mais. Algumas cargas, pedrada de um lado, cacetadas do outro, mas **nada que conseguisse calar um coro de homens e mulheres, canalha e velharia: “Oliveiras sim, eucaliptos não”.**

“Não queríamos arder aqui todos”

Um par de meses antes da revolta, António Morais, proprietário de vários hectares de olival no Lila, percebeu que **uma empresa subsidiária da Soporcel (1) se preparava para substituir 200 hectares de oliveiras por eucaliptal para a indústria do papel.** “Tinham recebido fundos perdidos do Estado para reflorestar o vale sem sequer consultarem a população”, revolta-se ainda, 28 anos depois.

“Nessa altura o ministério da agricultura defendia com unhas e dentes a plantação de eucalipto.” Álvaro Barreto, titular da pasta, fora anos antes presidente do conselho de administração da Soporcel e tornaria ao cargo em 1990, pouco depois das gentes de Valpaços lhe fazerem frente.

“A tese dominante dos governos de Cavaco Silva era que urgia substituir o minifúndio e a agricultura de subsistência por monoculturas mais rentáveis, era preciso rentabilizar a floresta em grande escala”, diz António Morais. O eucalipto adivinhava-se uma solução fácil. **Portugal, aliás, ganharia em poucos anos um papel de destaque na indústria de celulose.**

“Comecei a ler coisas e percebi que o eucalipto nos traria grandes problemas”, continua António Morais. “Por um lado, numa região onde a água é tudo menos abundante, **teríamos grandes problemas de viabilidade das outras culturas.** Nomeadamente o olival, que sempre foi a riqueza deste povo. E depois havia os incêndios, que eram o diabo. **São árvores altamente combustíveis e que atingem uma altura muito grande.**”

Na terra quente transmontana o ano são oito meses de inverno e quatro de inferno. **O fogo, tinha ele a certeza, chegaria com aquele arvoredo.**

Começou a conversar sobre o seu medo com algumas personalidades do vale. “Lentamente começou a formar-se um consenso de que o lucro fácil do eucalipto seria a médio prazo a nossa desgraça. **Não queríamos deixar secar a nossa terra. E não queríamos arder aqui todos. Tínhamos de destruir aquele eucaliptal, custasse o que custasse.**”

Anatomia da conspiração

O núcleo duro estava formado por dezena e meia de agricultores capazes de mobilizar o resto do povo. “Aos domingos, íamos às aldeias e no fim da missa explicávamos às pessoas o que podia acontecer à nossa terra”, lembra Natália Esteves, descendente de uma família de grandes produtores de azeite feita de repente líder de protesto ecológico. “E também íamos de casa em casa, esclarecer quem não tinha estado nas assembleias.”

Ao início houve renitência, a madeira valeria sempre mais do que a azeitona, e a castanha ainda não rendia o que rende hoje. “Mas tentamos sempre centrar a conversa no que aconteceria daí a uns anos, dizer que **os eucaliptos secariam os solos e o povo ficaria refém de uma única cultura**, que se alguma coisa corresse mal não teriam mais nada.”

O que mais assustava aquela gente, no entanto, era o fogo. **“Onde há eucalipto, tudo arde.** E então o povo já não chamava a árvore pelo nome, mas por **fósforos.**”

João Sousa era nessa altura presidente da junta da Veiga do Lila. Com 86 anos e uma destreza de 30, hoje estuga o passo para mostrar a zona que podia ter sido caixa de fósforos. “Vê, nem um eucalipto plantado. E o nosso vale há mais de 30 anos que não arde.”

A tragédia florestal portuguesa das últimas décadas dá a este povo a impressão que eles sim, tinham razão há muitos anos, quando o governo e as autoridades lhes diziam o contrário. “Podem achar que somos gente do campo, sem educação nem conhecimento, mas nós cá soubemos defender a nossa terra”, diz o velhote.

A guerra

Os primeiros combates foram ataques furtivos do povo, desorganizadamente, para arrancar pés de eucalipto. Duas semanas antes da guerra, no Domingo de Ramos, as coisas aqueceram. “Juntámos duas centenas de pessoas aqui destas aldeias e os donos da empresa chamaram a GNR”, lembra António Morais. “Quando eles chegaram já tínhamos

dado cabo de uns bons 50 hectares de eucaliptal.” Nesse dia o povo fugiu. Mas anunciaram que voltariam depois da Páscoa.

A 31 de março de 1989, domingo depois da Páscoa, o povo juntar-se-ia todo na Veiga do Lila para dar cabo do eucaliptal que restasse. A aldeia encherá-se de jornalistas, havia até um helicóptero a cobrir os acontecimentos do ar. Não era preciso usar enxadas nem sacholas, os eucaliptos tinham sido plantados há pouco tempo e arrancavam-se com as mãos. A polícia tentava fazer uma linha de defesa, mas duas centenas de agentes não chegavam para aquela gente toda.

Numa hora, foram arrancados 180 hectares de pequenas árvores. Uma dezena de guardas saíram a cavalo, era demonstração de força mas não surtiu resultado. A Soporcel tinha construído socalcos para plantar os eucaliptos e, agora, os animais não conseguiam descê-los.

Todos por um

A guarda especializada avançava agora colina abaixo com escudos e capacetes. José Oliveira, um agricultor da pequena aldeia de Émeres, tentou escapar pela lateral, mas foi logo caçado pela guarda. No bolso trazia um revólver e foi isso que o tramou. “Levaram-no logo detido para dentro do jipe por posse de arma ilegal”, conta agora a sua viúva, Ester.

Aquela detenção marcaria o início do fim da guerra. “As pessoas tinham recuado por causa do corpo de intervenção, mas quando se aperceberam que um dos nossos estava preso começaram a gritar que não arredariam pé enquanto ele não fosse solto”, diz António Morais. Ester anui, “foi o vale inteiro que salvou o meu homem.” Agora já não havia pedras, havia gritos. Que libertassem o tio Zé e rápido.

Uma dezena de organizadores do protesto seriam chamados à barra da justiça, um ano depois enfrentaram acusação de invasão de propriedade privada e foram condenados com pena suspensa.

“Ainda vieram uns engenheiros da Soporcel dizer que retirariam a queixa se nos comprometêssemos a não destruir uma nova plantação de eucalipto. Disse-lhes que nem pensar, aqui nunca teríamos árvores dessas no nosso vale.” Nas noites seguintes arrancou-se à socapa quase tudo o que faltava.

A Soporcel acabaria por desistir e vender a propriedade.

Hoje, o Ermeiro é terra de nogueiras e amendoeiras, oliveiras e pinho. Nunca ardeu. Naquele 31 de março de 1989, o povo uniu-se e, diz agora, salvou-se. “Nós é que tínhamos razão”, repetem uma e outra vez, repetem todos.

Este artigo é um resumo do relatório de Ricardo J. Rodrigues, publicado na revista "Noticias Magazine" em outubro de 2017. Leia o texto completo (em português) aqui: <https://www.noticiasmagazine.pt/2017/valpacos-luta-eucaliptos/>

(1) A Soporcel fundiu-se com a empresa Portucel para formar o Grupo Portucel Soporcel, e logo passou a fazer parte da fábrica portuguesa de papel The Navigator Company

Outras lutas

Peru: querem entregar a floresta do povo indígena Shawi a uma mineradora canadense



Em outubro de 2017, o Instituto Geológico, Mineiro e Metalúrgico do Peru (INGEMMET), órgão vinculado ao Ministério de Energia e Minas e responsável por conceder licenças de mineração, aceitou a tramitação de oito pedidos de 1.000 hectares cada, e mais um de 900 hectares. No total, são **8.900 hectares localizados em plena floresta tropical úmida, onde vive o povo indígena Shawi**. Esses pedidos de licenças foram feitas pela empresa Minerales Camino Real Perú S.A.C, pertencente à **canadense Royal Road Minerals Limited**. A mineradora canadense também tem projetos na Nicarágua e na Colômbia para a exploração de cobre, ferro e principalmente ouro. (1)

Em fevereiro de 2018, a **Barrick Gold Corporation**, empresa canadense que é líder em mineração de ouro, comprou cerca de 12,5% das ações da Royal Road Minerals Limited. (2)

A Barrick Gold Corporation se tornou a principal mineradora de ouro do mundo, após anos de uma agressiva estratégia de aquisições. Possui 20 mil funcionários (incluindo os de consórcios ou *joint ventures*), 27 minas em operação, dez projetos em andamento e as maiores reservas de ouro do setor. A empresa possui empreendimentos em Papua-Nova Guiné, Estados Unidos, Canadá, República Dominicana, Argentina, Chile, Peru, Austrália, Arábia Saudita e Zâmbia.

No Peru, a Barrick tem duas minas: Lagunas Norte e Pierina. A primeira, localizada no departamento de La Libertad, nas montanhas andinas, é uma mina a céu aberto que começou a operar em 2005. Para obter o ouro, perfuram-se onze metros de profundidade para introduzir explosivos que fragmentam a rocha. Mais de 200 mil toneladas de minério e estéril são movimentadas diariamente! Por sua vez, a Pierina, no departamento de Ancash, cuja altitude está entre 3.800 e 4.200 metros, também é uma mina a céu aberto que usa escavadeiras para perfurar até 10,5 metros de profundidade para acessar o precioso

minério. Ambas usam um processo que contém cianeto de sódio dissolvido em água, entre outras substâncias tóxicas, para separar o ouro e a prata contidos no mineral extraído.

Atualmente, a empresa Barrick controla mais de 145 mil hectares nessas duas minas e também é proprietária da mina Irene I-500, em Ancash. A Coordenadora Andina de Organizações Indígenas (CAOI) garante que a **Barrick não paga royalties no Peru** devido aos Contratos de Garantia e Medidas para a Promoção do Investimento, também conhecidos como contratos para estabilidade jurídica, tributária e administrativa. Em termos de conflitos sociais e ambientais, segundo a Defensoria do Povo, em maio de 2017 foram registrados 123 conflitos socioambientais ativos, dos quais 64,6% haviam sido causados por atividades de mineração. **A maior queixa dos moradores é a constante poluição causada pelas minas e a destruição de suas fontes de água.**

Exploração da mineração e resistência indígena

Em dezembro de 1997, o INGEMMET publicou o livro “Geología de los cuadrángulos de Balsapuerto y Yurimaguas”. (3) O estudo foi realizado por um grupo de especialistas contratados pelo Ministério de Energia e Minas do Peru, com o objetivo de propiciar e promover a exploração da mineração nesses distritos. Esse documento diz o seguinte: “na área de estudos, foram relatadas evidências arqueológicas que consistem em petróglifos representando provavelmente manifestações culturais ou religiosas de antigos habitantes daquela área (Distrito de Balsapuerto) (...) Esses traços são perfeitamente circulares e alongados, e seus significados reais são matéria para estudos detalhados”. (4)

É uma descoberta do mundo ocidental diante do que os índios Shawi esconderam durante anos. Posteriormente, várias investigações determinaram que o povo Shawi chama aquela rocha com petróglifos de “Cumpanamá”, fazendo referência à sua divindade mítica religiosa. Estudos recentes descobriram e catalogaram 50 outros sítios arqueológicos pré-hispânicos (5) que, infelizmente, até hoje, não foram delimitados nem inscritos nos registros públicos, e tampouco se fez o procedimento administrativo no Ministério da Cultura para reconhecimento. **Balsapuerto é um distrito formado por 95% de população indígena shawi**, que vive no departamento de Loreto, nos rios Cahuapana, Sillay, Supayacu Paranapura, Cachiyacu e Shanusi. O povo Shawi está entre os oito grupos indígenas mais importantes do Peru, do ponto de vista demográfico.

Os indígenas Shawi acreditam que o mundo é oval como o favo das vespas e que é coberto por uma imensa camada azulada, dentro da qual a lua, o sol e as estrelas se movem e se transladam. A terra é cercada por água e, inicialmente, o lugar onde os homens vivem era apenas água sustentada pelo céu. De acordo com a cosmovisão shawi, no espaço mais acima vive o sol (Pi'i), e dali vieram Mashí e Cumpanamá, as principais divindades do povo Shawi. O Cumpanamá formou a terra e rios, criou os peixes a partir da serragem dos cedros, das folhas tirou animais terrestres e aves, e ensinou a pescar e fazer canoas. Mashí, por sua vez, ensinou-lhes a cultivar, caçar e outras atividades. **Uma cultura rica, cheia de histórias típicas de um povo milenar, que mostra a relação intrínseca e única que têm com seus espaços de vida.**

Em 2009, os líderes shawi chamaram a uma mobilização nacional para defender suas terras. Foi uma manifestação única de resistência indígena, que evidenciou a luta desigual do poder político que subjuga os mais fracos, no caso, a minoria indígena. **A grande nação Shawi demonstrou sua capacidade de organização ao deslocar uma média de cinco**

mil pessoas à rodovia Yurimaguas-Tarapoto. O presidente da época, Alan García, catalogou os povos indígenas como “cidadãos de segunda classe”, enquanto promovia um pacote de leis relacionadas à posse da terra no Congresso da República. O argumento foi de que essas leis eram um requisito para a implementação do Acordo de Livre Comércio que o Peru assinara com os Estados Unidos. **Em 5 de junho de 2009, o país todo viveu uma tragédia.** No que ficou conhecido como o “massacre de Bagua”, **pelo menos 33 pessoas morreram** em confrontos entre as comunidades indígenas e as forças armadas. Junto com o grande grupo de irmãos shawi, os líderes indígenas entenderam que, se retrocedessem, perderiam suas terras e, com muito pesar, tomaram a decisão de não se retirar e voltar no segundo dia. **Seis mil irmãos voltaram dispostos a defender o que muitos dos estudiosos dos conflitos sociais não entendem: “o indígena é a terra e a terra é o indígena”; é uma união indivisível e irrompível. Se a terra morre, morre o indígena, e se o nativo morre, morre a chamada natureza.** Naquela época, os indígenas e as populações aliadas foram os únicos que garantiram a queda de todos os decretos que buscavam facilitar a tomada das terras indígenas.

Esse longo caminho de resistência à invasão cultural e à tomada dos territórios indígenas mostra a força de seu enraizamento com a terra, a floresta e a vida. “A história oficial da nossa Amazônia é uma história parcial, feita para elogiar conquistadores, aventureiros, viajantes e colonizadores. Os grupos indígenas são reduzidos a ‘objetos de estudo’ etnológico, em uma puerilidade que só se refere à anomia e à passividade diante da conquista e da expropriação”. (6) Em inúmeras ocasiões, no entanto, **os povos indígenas demonstraram que não são nem submissos nem indiferentes, pelo contrário.**

A consulta prévia que nunca aconteceu: imposição e luta

Entre outras coisas, a resistência indígena abriu caminho à famosa Lei de Consulta Prévia Número 29.785, que se baseia na Convenção 169 da OIT, da qual o Estado peruano é signatário e cujo objetivo é que esses fatos não se repitam.

No entanto, o Regulamento da Consulta Prévia esconde uma sutileza jurídica: o Artigo 1 estabelece que **o resultado do processo de consulta NÃO é VINCULANTE, exceto naqueles aspectos em que haja acordo entre as partes.** Fica clara, então, a direção e o uso que se pode dar a essa Lei, que hoje se traduz no processo de solicitação de licença para mineração nos 8.900 hectares.

O projeto de mineração é chamado de “Timo” e está planejado para ser desenvolvido no distrito de Balsapuerto, uma área coberta por florestas primárias. Ela também abriga a bacia do Cachiyacu, cujas águas descem das colinas próximas da cordilheira subandina para afluir à margem direita do Paranapura, que verte seu fluxo no Huallaga, à altura da cidade de Yurimaguas.

Balsapuerto está localizado entre os limites da selva baixa ou planície amazônica e os relevos da cordilheira subandina ou Cahuapanas. A flora representa a mais notável expressão viva dos ecossistemas amazônicos do trópico úmido, formando uma floresta densa extensa e contínua com árvores de mais de 30 metros de altura. A variedade de espécies da fauna é peculiar devido aos ecossistemas montanhosos (ou de floresta alta) associados, por condição limítrofe e de proximidade, ao território da planície amazônica propriamente dita (ou floresta baixa). **Nessas florestas existem comunidades demarcadas e terras ancestrais do povo Shawi, cujo modo de vida e sustento**

dependem delas. As nascentes de bacia que seriam afetadas também prejudicariam os núcleos urbanos próximos.

Até o momento, **o processo de solicitação de licença da mina Timo não possui Estudo de Impacto Ambiental, e a população local ou as autoridades locais não foram consultadas.** O governador da região de Loreto, Fernando Meléndez Celis, disse que não permitirá nem entregará um centímetro das terras de Balsapuerto a esse projeto. O prefeito do distrito, Magno Savedra Cachique, já deu duas entrevistas coletivas se opondo à mineração no distrito e afirmando que nem mesmo o município tinha conhecimento do assunto. (7) Sendo assim, o assessor jurídico do município está promovendo uma denúncia penal contra os funcionários do INGEMMET que admitiram o pedido de licença.

A sociedade civil organizada do Alto Amazonas tem se mostrado preocupada com isso e vem organizando ações conjuntas com lideranças indígenas e organizações representativas do povo Shawi de Balsapuerto. A Igreja Católica tem expressado profunda preocupação por meio do seu programa Pastoral da Terra, subsidiado pelo Vicariato Apostólico de Yurimaguas. A imprensa local escrita e de rádio vem informando amplamente sobre o assunto, principalmente à comunidade de Yurimaguas. A rádio comunitária Rtv Total vem divulgando o tema constantemente com maior profundidade, e tem uma filial bilíngue que emite em espanhol-shawi. O jornal *El Menguare* vem informando na cidade de Yurimaguas e no distrito de Balsapuerto.

Os títulos de concessão de mineração e as licenças de operação ainda não foram entregues. Portanto, cabe ao governo central, por meio do Ministério de Energia e Minas, ouvir os chamados da população local, incluindo as comunidades Shawi, e negar a licença para mineração. **Conseguirá uma mineradora canadense, mais uma vez, impor um projeto que vai destruir quase 9.000 hectares de florestas das quais o povo Shawi e outras aldeias adjacentes dependem, sem o seu consentimento ou o das próprias autoridades locais?**

Alain A. Salas Dávila.

Líder indígena independente

Assessor de Organizações Indígenas da Amazônia Peruana

(1) Projetos na Nicarágua; <https://www.royalroadminerals.com/projects/nicaragua> e projetos na Colômbia: <https://www.royalroadminerals.com/projects/colombia>

(2) <https://globenewswire.com/news-release/2018/01/24/1304286/0/en/Barrick-Announces-Investment-in-Royal-Road-Minerals-Limited.html>

(3) <http://repositorio.ingemmet.gob.pe/handle/ingemmet/61>

(4) Apêndice Arqueológico, página 2001

(5) Bustamante et. al., 2013, Lo que las piedras cuentan, Cumpamaná y los petroglíficos de Balsapuerto, Lima, Peru

(6) Morey Alejo, Humberto e Gabel Daniel Sotil García. "PANORAMA HISTÓRICO DE LA AMAZONÍA PERUANA, una visión desde la Amazonía", Municipalidad Provincial de Maynas, Iquitos, 2000

(7) Canal de noticias AIDía Perú, entrevista com o prefeito de Balsapuerto Magno Saavedra, Agustín Lancha Pizango, dirigente indígena Shawi e Francisco Tangoa, dirigente indígena Shawi. Maio de 2018. <https://www.youtube.com/watch?v=aYZ2pihFy8s>

ALERTAS DE AÇÃO

Bolloré perde ação na justiça da França

Em 2016, um canal de televisão na França (Canal 2) transmitiu uma reportagem que contava a história de Vincent Bolloré, empresário à frente da empresa de plantação de dendzeiros Bolloré, subsidiária da multinacional Socfin. A reportagem mostrou os abusos sociais e ambientais cometidos em Camarões pela Socapalm, outra subsidiária da Socfin. Vincent Bolloré tem 38,7% das ações da Socfin. O empresário decidiu processar o jornalista por difamação, em uma clara estratégia de intimidação. No início de junho de 2018, o tribunal criminal de Nanterre, na França, decidiu que não havia difamação na reportagem e ainda parabenizou a audácia e o trabalho independente do jornalista.

Leia a nota (em francês): <https://www.farmlandgrab.org/post/view/28193-vincent-bollore-perd-un-nouveau-proces-de-presse-en-france>

Tanzânia: chamado ao apoio internacional para impedir a intimidação contra os moradores de aldeias maasais quando eles processam o governo

Um relatório do Instituto Oakland documenta detalhadamente os diversos abusos aos direitos dos maasais nas regiões de Ngorongoro e Loliondo, na Tanzânia. Nos últimos anos, centenas de casas dos maasais foram queimadas e dezenas de milhares de pessoas, expulsas de suas terras em nome da conservação e do turismo de safári. Em setembro de 2017, maasais de quatro aldeias em Loliondo processaram o governo da Tanzânia pelo direito de retornar às suas aldeias, que se tornaram parte de um parque de safári. Mas, de acordo com a União Pan-Africana de Advogados e o Instituto Oakland, o governo está intimidando e criminalizando os moradores das aldeias e as ONGs aliadas para que abandonem o caso. Os membros da comunidade envolvidos estão pedindo a atenção internacional, na esperança de que isso force o governo a cessar os abusos e permitir que o processo judicial avance. Leia o relatório (em inglês) aqui:

<https://www.oaklandinstitute.org/tanzania-safari-businesses-maasai-losing-serengeti> e um comunicado à imprensa do Instituto Oakland após a intimidação e prisões (também em inglês) aqui: <https://www.oaklandinstitute.org/maasai-face-intimidation-arrests-take-tanzanian-gov-court>

RECOMENDADOS

Declaração de Sena Madureira, Brasil: “Levamos adiante o espírito de união entre os povos e de enfrentamento às “soluções” dadas pelo capitalismo”

Entre 15 e 17 de junho de 2018, povos indígenas e de comunidades que vivem e trabalham na floresta se reuniram em Sena Madureira, Acre, para denunciar as falsas soluções propostas pelo capitalismo verde para as degradações ambientais e climáticas. Denunciou-se os projetos que creem na falácia de que é possível seguir poluindo a terra, a água e a atmosfera em determinado ponto do planeta e “compensar” esta poluição por meio da manutenção de florestas em outra região. Além da impossibilidade, tais medidas acabam por prejudicar as populações que de fato se relacionam com as florestas de maneira equilibrada. O estado do Acre é tido como um “laboratório” para estas políticas de “compensação” e ali as comunidades tradicionais vêm sofrendo com estes projetos. Leia o documento construído no encontro em Sena Madureira (em Portuguese):

<https://wrm.org.uy/other-relevant-information/brazil-sena-madureira-declaration-june-17-2018/>

Incêndios florestais em Portugal: quando o poder empresarial mata

Um artigo da Transparência Internacional em Portugal mostra como o poder político daquele país – que deveria gerir a floresta, o ordenamento territorial e os meios de prevenção e combate aos incêndios – é refém de interesses empresariais influentes. Segundo o artigo, isso explica por que tantas pessoas morrem e tanta área é arrasada pelo fogo, ano após ano. Entre os grupos mais poderosos está a indústria de celulose e papel, cuja produção depende de plantações de monoculturas de eucalipto, estimadas em quase um milhão de hectares. A empresa Navigator Company tem uma posição dominante no país e está envolvida em todas as etapas da produção.

Leia o artigo aqui: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2017/Inc%C3%AAndios-em-Portugal-quando-os-lobbies-matam>

Camboja: plano de usina hidrelétrica poderia matar o rio Mekong

Um plano apoiado pela China para construir a maior barragem do Camboja poderia “literalmente matar” o rio Mekong, segundo uma avaliação confidencial do governo à qual o jornal *The Guardian* teve acesso e que diz que o local proposto em Sambor é o “pior lugar possível” para uma usina hidrelétrica. O artigo do jornal afirma que são previstos impactos terríveis sobre os botos e uma das maiores migrações de peixes de água doce do mundo, o que, por sua vez, afeta as muitas aldeias de pescadores que dependem dessa bacia hidrográfica. O Mekong sustenta a vida de 60 milhões de pessoas, e 80% dos cambojanos têm nos peixes a sua principal fonte de proteína. Leia o artigo (em inglês) aqui: <https://www.theguardian.com/environment/2018/may/16/leaked-report-warns-cambodias-biggest-dam-could-literally-kill-mekong-river>

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte: **Boletim 238 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "Fogo bom, fogo mau, quem decide? Uma reflexão sobre o fogo e as florestas"** (<https://wrm.org.uy/pt/>)

Assine o Boletim do WRM

<http://wrm.us9.list-manage.com/subscribe?u=f91b651f7fecdf835b57dc11d&id=a6356dc0e0>

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.

Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor em chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Jutta Kill, Carolina Motoki y Teresa Pérez

Secretaria Internacional do WRM

Avenida General María Paz 1615 oficina 3. CP 11400, Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy - <http://wrm.org.uy/pt>